

Em função dos muitos pedidos de bancários que enviaram e-mails à Secretaria de Imprensa do Sindicato e devido à tiragem reduzida na edição anterior, repetimos nesta edição a matéria sobre a prática de assédio moral no Banco Real. Confira na página 2.

## Sindicato derruba interditos na Justiça

*Decisão do TRT e da 30ª Vara do Trabalho garante direito de greve dos bancários*

Os bancos foram derrotados, ontem, pelo Sindicato, na Justiça do Trabalho, que cassou ou rejeitou todas as liminares relacionadas a interditos proibitórios. O interdito é uma norma da Justiça Cível para garantir a posse de terras e casas, mas que vinha sendo usado pelos bancos para impedir a greve dos bancários. Mais recentemente, a partir de uma súmula do Supremo Tribunal Federal (STF), os pedidos de interdito passaram a ser feitos em sua maioria à Justiça do Trabalho.

A primeira vitória foi obtida, ontem à tarde, com a decisão da desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) Edith Tourinho, que cassou a liminar de interdito obtida pelo Unibanco, na terça-feira. Em sua sentença, afirmou, ainda, que é lícito o direito dos bancários tentarem dissuadir seus colegas a não entrar nas agências para trabalhar, aderindo à greve, direito garantido constitucionalmente. Pouco antes, a 30ª Vara do Trabalho fazia o mesmo com o interdito concedido na noite de terça-feira por um juiz de plantão. Já o Bradesco teve sua solicitação de interdito negada pela 4ª Vara do Trabalho. Até o fechamento desta edição do *Jornal Bancário*, sexta-feira à noite, nenhum banco conseguiu liminar com este teor.

### EMENDA 45

Para a diretora da Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindicato Cleyde Magno, com as decisões a Justiça do Trabalho está garantido o direito de greve dos bancários. “As decisões vão desestimular os bancos a se utilizarem deste expediente para impedir a categoria de usar o seu direito de cruzar os braços na campanha salarial”, disse a dirigente.

A advogada Mônica Santos, da Assessoria Jurídico Sindical (AJS), afirmou que a ação de interdito era a tentativa dos bancos de impedir o direito de greve, mas que a Justiça do Trabalho está sabendo diferenciar a turbação da posse da paralisação legítima. Também da AJS, os advogados Márcio Cordero e José Luiz Xavier avaliaram que a tendência dos juízes trabalhistas é negar este tipo de pedido. Ambos lembraram que os bancos não deverão mais utilizar a Justiça Cível, já que a emenda constitucional 45 e a súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) afirmam a competência da Justiça do Trabalho para casos como este.

### FIM DA FARRA DOS INTERDITOS

Outra decisão que acaba com a farra dos interditos foi tomada pelo Supremo Tribunal Federal no início de setembro. O STF entendeu, por 7 votos a 1, ser da competência da Justiça do Trabalho julgar pedidos de concessão de interditos proibitórios. A decisão deu origem a uma súmula vinculante que obriga as instâncias inferiores a segui-la. Inclusive a Justiça Cível, que vinha atendendo às ações dos bancos. Já a tendência da Justiça do Trabalho é não acolher os interditos, considerando a greve direito legítimo, constitucionalmente garantido. (Veja na página 3 a entrevista do advogado José Luiz Campos Xavier sobre o assunto)

# BANCÁRIOS

# GREVE

# DIA 8/10

# ASSEMBLÉIA DIA 7/10, ÀS 19H

**Local**

**Galeria dos Empregados no Comércio  
(Av. Rio Branco, 120 - 2º andar)**

# VAMOS DECIDIR A GREVE NACIONAL

# Reajustes salariais no primeiro semestre de 2008

Nos últimos anos, os trabalhadores brasileiros têm gozado de um cenário favorável à negociação coletiva que resulta, principalmente, do crescimento econômico, da expansão no nível de emprego e da inflação controlada, num contexto político democrático. A junção desses fatores, entre outros particulares a cada setor, segmento ou categoria profissional, tem influenciado no crescimento do poder de barganha das entidades sindicais de trabalhadores e se reflete nos bons resultados dos balanços de reajustes salariais divulgados pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Através do SAS – Sistema de Acompanhamento de Salários, o DIEESE analisou os reajustes salariais de 309 unidades de negociação com data-base situada no primeiro semestre de 2008. O exame dos resultados dessas negociações revelou que, em torno de 86% dos reajustes con-

quistados, assegurou, no mínimo, a recomposição da variação da inflação acumulada entre as datas-base, tendo como referência o INPC-IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE. Trata-se de resultado inferior ao apurado nas negociações salariais firmadas nos primeiros semestres dos últimos dois anos. Ainda assim, esse patamar apresenta-se como mais favorável, quando

comparado ao período compreendido entre 1996 e 2005.

Ainda que tenha havido um aumento no número de negociações com reajustes inferiores ao INPC-IBGE, os dados revelam que a maior parte destes concentrou-se na faixa até 0,5 ponto percentual abaixo da variação desse

indicador. Já dentre as negociações com aumento real, 86% tiveram até 2 pontos percentuais de reajuste superior à variação do INPC-IBGE.

Em fins do primeiro semestre deste ano, presenciamos um repique inflacionário impulsionado pelos aumentos dos preços dos produtos alimentícios sem, contudo, uma contaminação dos demais preços da economia. Dados mais recentes já apontam certa acomodação dos preços, mas, neste ambiente de maior incerteza, as empresas parecem ter-se aproveitado para endurecer ainda mais nas mesas de negociação.

Na comparação entre os primeiros semestres de 1996 a 2008, o presente ano revela o terceiro melhor resultado

da série. É preciso lembrar que um fator da maior importância para o bom desempenho das negociações coletivas de trabalho é o comportamento das vendas e dos lucros das empresas, impulsionados pelo crescimento da economia. A previsão para o segundo semestre de 2008 é de continuidade do bom desempenho apurado até o momento. Ainda que se confirme a piora da situação internacional, os possíveis efeitos negativos sobre a economia real brasileira ocorreriam apenas em 2009. Concretamente, temos indicadores econômicos do primeiro semestre de 2008 bastante favoráveis e, mesmo na hipótese de uma ligeira retração no segundo semestre, devem confirmar um ano de excelentes resultados. Em conjunturas como essa, há margem não só para a preservação do poder de compra dos salários, mas também para a conquista de aumentos reais.

**“...dentre as negociações com aumento real, 86% tiveram até 2 pontos percentuais de reajuste superior à variação do INPC-IBGE.”**

## No Real, superintendente assedia por e-mail

O assédio moral parece já estar institucionalizado no Real. Um dos exemplos é o e-mail enviado aos gerentes-gerais de agência pela superintendente do banco, Marley Holanda, dando ordem aos gerentes para que aumentem a pressão sobre os bancários, estagiários e jovens aprendizes. O objetivo é obrigá-los a, além de suas funções, vender produtos do banco, oferecer débito automático, sugerir abertura de contas correntes, fazer o que for preciso para atingir as metas fixadas pela empresa.

Parecendo pouco preocupada em sua mensagem com o bom atendimento aos clientes, ou com a concentração dos caixas em seu trabalho, ela adverte os gerentes: “O caixa não pode perder a oportunidade de oferecer débito automático, de pedir indicação de abertura de conta. E, para isso, não é necessário ‘demorar’ no atendimento ao cliente impactando a fila”. E, em seguida, ensina que “enquanto autentica o documento do cliente ele (o caixa) faz as perguntas necessárias, como, por exemplo: O sr (a) tem débito automático? Va-

mos cadastrar essa conta? O senhor teria duas pessoas (só com nome e telefone) para indicar para abrir uma conta conosco?”. E avisa: “Todo o cliente tem que ser abordado!”.

### CONSTRANGIMENTO

Mas Marley não acha suficiente estas ordens. Para aumentar ainda mais a pressão, gerando constrangimento e aumentando a tensão entre os funcionários, a superintendente manda que seja feito um quadro “visível a todos os funcionários” onde a produção diária de cada um seja anotada. E revela o que pretende com a determinação: “Isso fará com que todos saibam os objetivos e o quanto cada um está contribuindo”.

Todas as ordens constantes do e-mail contrariam a lei, pois, além de se caracterizarem como determinações para que se pratique o assédio moral, contrariam as normas internas do banco sobre as atividades que devem desempenhar escriturários e



caixas. Entre elas não consta a de venda de produtos, muito menos a venda casada, ilegal, em que o cliente é pressionado a comprar um produto

ao realizar uma operação bancária. Desrespeitam, ainda, os artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobre o mesmo tema.

ENTREVISTA/JOSÉ LUÍS CAMPOS XAVIER

# Decisões judiciais fortalecem a greve dos bancários

O advogado José Luís Campos Xavier, da Assessoria Jurídico Sindical, explica, na entrevista abaixo, o significado da derrubada de liminares de interdito proibitório e a rejeição de pedidos de interditos, na Justiça do Trabalho. Fala, também, como estas decisões fortalecem a greve dos bancários.

**Jornal Bancário** – O que significa para os bancários a derrubada destes interditos na Justiça do Trabalho? Isto dá mais força à greve?

**José Luís** – Significa, principalmente, que a Justiça do Trabalho no Rio de Janeiro tem entendido que a ação de interdito proibitório não pode ser usada para acabar com uma greve. Sem dúvida, a categoria, sabedora da atuação firme do Sindicato contra esta iniciativa dos banqueiros, ganha uma motivação a mais para continuar reivindicando seus direitos através da paralisação, que tem sido ordeira e pacífica.

**Bancário** – Os bancos podem continuar tentando usar deste expediente contra a categoria?

**José Luís** – Sim, mas as últimas decisões, principalmente em mandados de segurança no TRT do Rio, farão com que todos os juízes, mesmo os de primeira instância, apreciem estes pedidos de liminares dos bancos com mais rigor.

**Bancário** – O que devem fazer os bancários em greve, caso o advogado de um banco chegue com uma liminar de interdito numa agência?

**José Luís** – Toda decisão judicial deve ser cumprida. Entretanto, nenhuma decisão em interdito proibitório pode limitar ou extinguir o direito de greve, que é um direito garantido na Constituição Federal. A Constituição dá aos trabalhado-



José Luiz fala sobre a derrubada dos interditos. Ao fundo, a diretora da Secretaria do Jurídico, Cleyde Magno

res poderes para deliberarem sobre o momento e a melhor forma de exercitar o direito de greve.

**Bancário** – Alguns bancos entram na Justiça Cível, outros na Justiça do Trabalho, solicitando a concessão de liminares de interdito. Afinal, de quem é a competência para julgar este tipo de ação?

**José Luís** – O STF manifestou seu entendimento de que as ações de interdito em casos de greve são da competência da Justiça do Trabalho e não mais da Justiça comum. Aliás, é na Justiça do Trabalho que os juízes têm mais condições de apreciar matérias relativas à greve e onde, hoje, os bancos têm obtido as maiores derrotas em ações de interdito.

**Bancário** – O interdito poderia ser usado em casos de greve?

**José Luís** – Em termos práticos, a resposta é não. A ação de interdito existe para impedir que o proprietário de um bem imóvel tenha esse direito violado, como, por exemplo, numa invasão de propriedade. A lei de greve diz que nestes casos a ação própria é a de dissídio coletivo, onde o tribunal dirá se a greve é abusiva ou não, mas os banqueiros não elegem esta via de intermediação pelos Tribunais do Trabalho, preferem o confronto direto através dos interditos.



TURISMO

## Festa da Cerveja em Blumenau



A Oktoberfest é uma tradicional festa típica da comunidade alemã de Blumenau

OKTOBERFEST

Gente bonita, muita cerveja gelada, música e diversão. Estes são os ingredientes da Oktoberfest, a tradicional Festa da Cerveja da comunidade alemã de Blumenau, em Santa Catarina, de 21 a 23 de novembro. O pacote custa R\$790 por pessoa e inclui ônibus com ar-condicionado e pernoite em hotel com café da manhã e mais uma refeição por dia, além dos ingressos para os shows. Últimas vagas.

PARQUE DE DIVERSÃO

Um ótimo programa para as crianças e para toda a família é a excursão ao parque temático Hopi Hari, que fica em Vinhedo, cidade próxima a Campinas, São Paulo. O pacote custa R\$350 adultos e R\$260 crianças e inclui ônibus com ar-condicionado e hospedagem em hotel com direito a café da manhã.



## Nota de falecimento

Faleceu na última sexta-feira, dia 3, o bancário do Itaú (agência Palácio do Catete), José Saraiva Neto, vítima de acidente vascular cerebral quando trabalhava como tesoureiro durante o fechamento da agência. O Sindicato enviou uma coroa de flores ao velório do companheiro. A diretora da entidade Jô Portilho esteve presente na capela 4 do cemitério São João Batista, em Botafogo, para a última homenagem ao saudoso bancário e solidarizar-se com sua família.

# Sindicato repudia decisão da Caixa de descontar dias de greve

*Banco desconta dias parados para tentar intimidar trabalhadores mas não vai impedir a greve nacional a partir do dia 8*

A direção da Caixa Econômica Federal demonstrou, mais uma vez, completo desrespeito para com os empregados e o legítimo direito de greve e de mobilização dos trabalhadores. Através de uma Circular Interna (CI Suape/Surse 093/08), emitida no dia 2 de outubro, a empresa orienta os gestores a considerarem como “falta não justificada” a paralisação nos dias 1º e 2 de outubro. O documento foi assinado pelos superintendentes nacionais

Carlos Magno e Jeter Ribeiro. A decisão do banco resultará no desconto destes dias de greve, além de interferir na contagem de tempo para a concessão de férias, descontos no descanso remunerado, licença-prêmio e o abono de Ausência Permitida de Interesses Particulares (APIPIs). Na negociação da última sexta-feira, dia 3, os representantes da Caixa disseram que “os sindicatos não cumpriram as formalidades legais da greve”. O

diretor do Sindicato Sérgio Amorim rebate a afirmação e critica a direção do banco. “A Caixa mente ao dizer que não cumprimos as exigências legais para a greve. A postura patronal comprova a força de mobilização da categoria que incomoda a direção da empresa. Eles ficaram irritados com a greve de 48 de horas e fazem ameaças para tentar impedir uma greve nacional forte. Não cederemos a qualquer tipo de pressão e chantagem e vamos

continuar firmes na luta”, avisa o sindicalista.

O Departamento Jurídico do Sindicato esclarece que, no seu entendimento e de acordo com a legislação vigente, a greve realizada na semana passada cumpriu todas as exigências legais. “A greve é legítima. Vamos pressionar ainda mais a Caixa para arrancar avanços nas negociações e exigir que a empresa reveja esta decisão arbitrária”, completa Amorim.

## Negociação específica apresenta avanços, mas propostas são insuficientes

As negociações específicas na Caixa Econômica Federal até apresentaram alguns avanços na discussão do Plano de Cargos Commissionados (PCC) e nas questões relativas aos aposentados na rodada da última sexta-feira (3), em São Paulo, mas as propostas são insuficientes para sinalizar um acordo. O Comando Nacional dos Bancários orienta a categoria para aderir em massa à greve por tempo indeterminado, a partir do dia 8, e a desenvolver todos os esforços para paralisar também os bancos privados.

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa da Contraf-CUT (CEE Caixa) protestou frente aos negociadores do banco contra Circular Interna CISAPE/SURSE 093/2008 emitida pelo banco orientando os gestores a registrar falta não justificada para os trabalhadores que estão participando de greve a partir do dia 1º. Os representantes dos empregados consideram a medida um processo de retaliação ao exercício do direito de greve.

### (PCC)

A Caixa atendeu à solicitação dos trabalhadores e definiu prazos para o processo de negociação entre as partes sobre o plano de Cargos Commissionados (PCC). A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa da Contraf-CUT,

seguindo decisão do 24º Conecef, realizado em julho deste ano, criará uma comissão para debater a proposta dos trabalhadores para o tema. Esta comissão vai acompanhar os debates internos do banco a respeito do tema, o que foi aceito pela Caixa. Essa proposta será levada à discussão no 25º Conecef, a ser realizado em abril de 2009. O prazo para esse processo de negociação ficou definido para o dia 30 de junho de 2009, quando o banco apresentará seu projeto para carreira e remuneração de cargos. O limite para a implementação foi marcado para dezembro de 2009.

### APOSENTADOS

Ocorreram avanços nas questões relacionadas aos aposentados. A Caixa concorda em pagar a 13ª cesta-alimentação para todos os aposentados que recebiam a cesta por via judicial.

Além disso, o banco também autorizou o pagamento imediato do vale-refeição para os pensionistas. Outro avanço conquistado foi a autorização do banco para que os participantes do antigo fundo PMPP possam ir para a Funcef sem a necessidade de desistência de ações de auxílio-alimentação na Justiça. Além disso, o período para adesão foi prorrogado até novembro deste ano. O banco também vai reabrir

o prazo para que os aposentados que não fizeram acordo relativo ao tíquete-refeição em 2005 possam fazê-lo agora. No caso dos trabalhadores que entraram com ação e perderam na Justiça, o banco considera difícil oferecer a adesão ao acordo, mas promete realizar estudos sobre o assunto.

Por fim, o banco vai realizar o estudo da viabilidade de pagamento do tíquete para quem entrou na Caixa até 1995 e se aposentou depois disso.

### PCS

Os trabalhadores cobraram da empresa uma posição sobre as pendências sobre o Plano de Cargos e Salários (PCS). Uma negociação específica sobre o tema foi agendada para a próxima segunda-feira, dia 6.

### ISONOMIA E JORNADA

Os empregados cobraram do banco um posicionamento sobre os temas restantes da pauta de isonomia: adicional de tempo de serviço (ATS), licença-prêmio, unificação dos mercados e filiais. A empresa reafirmou a posição de que não há mais pendências de isonomia.

Os bancários reafirmaram a importância da garantia da jornada de seis horas para todos os bancários, sem redução de salário, e a suspensão da

Circular Interna 293. A Caixa manteve seu posicionamento de que não alterar a CI. Os bancários afirmaram também a necessidade de discutir vários problemas que vêm ocorrendo no sistema de ponto eletrônico (SIPON), como o descumprimento da jornada. Ficou acertado que o tema será remetido para a mesa permanente após a campanha salarial.

Em relação à necessidade de novas contratações de funcionários concursados, a empresa reafirmou que está buscando realizando estudos sobre o tema.

### PODER DE COMPRA

Os representantes da Caixa reafirmaram a intenção de seguir os resultados obtidos na negociação do Comando Nacional com a Fenaban em todos os itens econômicos.

### AVALIAÇÃO

O diretor do Sindicato e membro da Comissão Executiva dos Empregados Ricardo Maggi disse que é preciso avançar mais nas propostas e que o banco tem condições para isso. “Ainda existem pontos importantes da pauta específicas que precisam ser melhorados. Precisamos de uma mobilização muito forte de todos os bancários, de bancos públicos e privados, para conseguirmos um bom resultado nessa campanha salarial. Vamos à greve”, defende.